

# 5 mil MEIs excluídos da Receita; regularização termina dia 31

Sebrae-SP reforça importância de microempreendedores verificarem pendências

Da Redação

Na virada do ano, mais de 5 mil microempreendedores individuais (MEIs) foram desenquadrados pela Receita Federal em Campinas (SP). Segundo a analista de negócios do Sebrae-SP, Daniela Cria, a situação ocorre, principalmente, por dois motivos: inadimplência no pagamento do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) ou faturamento acima do limite anual de R\$ 81 mil, o que leva ao desenquadramento automático do MEI e ao enquadramento como microempresa (ME).

## Importância da regularização

Dante do cenário de inadimplência, o Sebrae-SP reforça a importância de os microempreendedores verificarem se há pendências junto à Receita Federal e regularizarem a situação dentro do prazo. Ainda de acordo com a analista, a atenção a esse processo é essencial para a continuidade das atividades.

“A regularização do MEI pode ser feita até 31 de janeiro de 2026 e evita prejuízos, garantindo que o empreendedor continue atuando de forma regular”, explica. “Para regularizar a situação, o empreendedor precisará procurar um contador para saber como proceder



Sebrae-SP

**Sebrae-SP orienta: além das pendências tributárias, valor DAS aumentou em 2026**

daqui em diante”, completa.

## Exclusão

Os MEIs, que foram excluídos, receberam entre os dias 1º e 4 de agosto no ano passado o Termo de Exclusão do Simples Nacional por possuírem débitos tributários. A RFB (Receita Federal do Brasil) enviou a notificação por meio do DTE-SN (Domicílio Tributário Eletrônico do Simples Nacional).

Os MEIs que foram notificados e não regularizaram no prazo a totalidade dos débitos indicados

no relatório de pendências que foi enviado com o Termo de Exclusão, foram excluídos do Simples Nacional e desenquadrados do Simei (Simples Nacional em valores fixos mensais para o MEI), com efeitos a partir de 1º de janeiro deste ano. Com a exclusão, deixa de ser MEI, e fica de fora também do Simples Nacional, passando ao regime geral de tributação (lucro presumido).

## Pela internet

A analista destaca ainda que todo o procedimento pode

ser realizado de forma on-line, sem necessidade de comparecimento à Receita Federal, pelo endereço: <https://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/servicos/grupo.aspx?grp=3>

“O pagamento dos débitos pode ser feito à vista ou por parcelamento, conforme as opções disponíveis.”, afirma.

## Presencial

Mesmo com a possibilidade de regularização digital, o Se-

brae-SP na região de Campinas está à disposição para orientações. O atendimento é realizado pelo Escritório Regional de Campinas, na Rua da Abolição, nº 881, na Ponte Preta. É realizado também nas 27 unidades do Sebrae distribuídas pelos municípios da região, com apoio para a regularização de débitos, esclarecimento sobre obrigações fiscais, realização da Declaração Anual de Faturamento e planejamento do negócio para 2026. Para encontrar o escritório mais próximo, basta acessar: [https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais\\_adicionais/contacto\\_uf?codUf=26](https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/contacto_uf?codUf=26)

## Novo valor do DAS

Além das pendências tributárias, o início do ano também exige atenção sobre o novo valor do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS), reajustado conforme o salário mínimo. Em 2026, a contribuição mensal passa a ser de R\$ 81,05, com acréscimos de R\$ 1 para atividades sujeitas ao ICMS, R\$ 5 para atividades com incidência de ISSQN ou R\$ 6 no caso do exercício de ambas. Os novos valores passam a valer a partir da contribuição paga em fevereiro, referente ao mês de janeiro.

# Abertura de empresas aumenta 16%

Da Redação

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Tecnologia e Inovação da Prefeitura de Campinas (SP) consolidou os dados da Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp) indicando a abertura de 11.374 empresas em 2025 na cidade. O montante supera os 9.803 registros efetuados em 2024, o que estabelece uma variação positiva de 16% no período. O monitoramento oficial desconsidera as inscrições de Microempreendedores Individuais (MEIs) para efeito deste cálculo.

De acordo com os dados da Junta, a distribuição das aberturas ocorreu de forma contínua durante os doze meses, com oscilações no volume de protocolos.

## Mês a mês

O ano iniciou com 848 registros em janeiro, seguidos por 1.035 em fevereiro e 1.010 em março. Já no decorrer do segundo trimestre, o órgão contabilizou

874 novas empresas em abril, 964 em maio e 819 em junho. O segundo semestre concentrou os índices mais elevados do levantamento. Julho registrou 1.065 aberturas e agosto somou 959. O mês de setembro apresentou 1.104 novos negócios, sendo sucedido por outubro, que atingiu o patamar de 1.126 registros - o número mais alto do calendário de 2025. O movimento de formalização encerrou o ciclo anual com 828 novos empreendimentos em novembro e 742 em dezembro.

## Jucesp

É o órgão público estadual, subordinado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Governo de São Paulo, que atua como o registro oficial de empresas e atividades mercantis.

Na prática, funciona como um “cartório” especializado para o mundo dos negócios: é nela que um empreendedor deve registrar a abertura de uma empre-

sa, alterações contratuais (como mudança de endereço ou entrada de sócios) e o encerramento das atividades.

Além de formalizar a existência das companhias, é responsável por matricular e fiscalizar profissionais específicos, como leiloeiros, tradutores públicos e intérpretes comerciais.

Por meio do banco de dados da Junta, qualquer cidadão pode solicitar certidões para verificar a situação legal de um negócio, conferir quem o administra, o que garante transparência para transações comerciais e processos judiciais. Atualmente, a maior parte dos serviços é realizada de forma digital, integrada à Redesim - sistema federal que integra órgãos de registro e licenciamento. Funciona como uma interface única que conecta a Receita Federal, Juntas Comerciais, Prefeituras e órgãos de fiscalização, permitindo que a abertura, alteração e fechamento de empresas sejam realizados de forma unificada.



Levantamento da Prefeitura foi baseado em dados da Jucesp